

7.1.01.99
Mdb

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

99.01.12
[Handwritten signature]



REQUERIMENTO Nº286/VII(4.a) - AC

(De 08/12/99)

Assunto: Discriminação no Acesso ao Emprego

Apresentado por: Deputado **Barbosa de Oliveira**, do Partido Socialista

Recebeu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma exposição (anexa) da cidadã, Isabel Maria Duarte Alves, através da qual vem denunciar uma discriminação no acesso ao emprego de que terá sido vítima, cometida pelo Centro de Emprego de Portimão .

De acordo com a exponente, foi a mesma convocada pelo Centro de Emprego de Portimão para uma reunião a realizar no dia 13 de Novembro de 1998, no sentido de manifestar a sua disponibilidade para continuar a exercer as funções de animadora escolar na Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Monchique, no âmbito de um projecto iniciado no ano anterior. Dada a sua situação de desempregada, no decurso da citada reunião, a exponente manifestou a sua total disponibilidade para retomar as funções anteriormente exercidas, o que seria rejeitado por parte daquele Centro de Emprego devido ao facto da exponente se encontrar grávida.

Face ao exposto e tendo em conta a gravidade da situação denunciada que, a ter ocorrido, traduz uma prática discriminatória no acesso ao emprego proibida por lei, venho através de V. Ex^a., ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, solicitar ao Secretário de Estado do Emprego e Formação, as informações seguintes:

- a) A confirmar-se a situação denunciada, que medidas pensa o Governo adoptar no sentido de garantir à exponente a salvaguarda dos seus direitos legal e constitucionalmente protegidos?

O DEPUTADO DO PARTIDO SOCIALISTA

(*Barbosa de Oliveira*)

Anexo: Cópia da exposição apresentada.

mauro mbs

13 JAN 1999

[Handwritten initials]

Monchique, 18 de Novembro de 1998

De: Isabel Maria Duarte Alves
Rua da Fonte Velha Nº57
8550 monchique

Ao: Exmo(a). Sr(a). Director(a) do Centro de Emprego de Portimão; com conhecimento ao Exmo. Sr. Dr. Mário Caldeira Dias, Presidente do L.E.F.P.

Exmo(a). Sr(a).

Venho por este meio dar conhecimento a V. Exa. de uma situação passada no dia 13/11/98 no Centro de Emprego de Portimão.

No dia 12 de novembro de 1998 fui contactada através de um telegrama originado nos vossos serviços para comparecer no dia seguinte nas instalações do centro acima referido a fim de falar com o Sr. Paulo Grão. Tal como era indicado ao comparecer pelas 15h desse dia. Depois de nos sentarmos frente a frente numa secretária foi-me perguntado se estaria disponível para continuar no projecto iniciado no ano anterior, de Animadora Escolar, na Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Monchique. Respondi, que estava disposta e disponível, pois encontrava-me na situação de desempregada. Quando nos preparavamos para formalizar o referido, o sr Paulo Grão afirma que no meu estado (grávida) não seria possível o meu ingresso no projecto e que iria contactar outras pessoas para o continuar, argumentando em tom irónico que lamentava, mas que o Centro de Emprego não poderia contar com os meus préstimos. Perguntando-me se eu não estava consciente de que não poderia exercer a actividade tal como o fiz até Julho de 98. A situação deixou-me de tal forma nervosa e angustiada, que sai prontamente.

Dado o exposto, gostaria de colocar à vossa consideração os seguintes aspectos:

- a) Posso curso de Animadora Social ministrado através da Escola Profissional da Santa Casa - Faro.
- b) Exerci a actividade de Animadora Escolar na Escola do 1º Ciclo do Ens. Básico de Monchique no período de Outubro de 97 a Julho de 98.
- c) Ao ser contactada pelo Centro de Emprego de Portimão, por telegrama supus que seria para exercer idêntica actividade no corrente ano.
- d) O referido ao ponto anterior foi-me confirmado e recusado pelo Sr. Paulo Grão ao saber que estava grávida.
- e) Será que posso depreender desta situação que o L.E.F.P. e por inerência o Ministério da Solidariedade, discrimina as mulheres grávidas? Ou o Sr. Paulo Grão age por sua conta?
- f) É do meu conhecimento que o lugar que seria ocupado por mim já está preenchido por outra rapariga "apta para desempenhar as funções", mas que ainda existe outro lugar por preencher na mesma Escola.

Esperando da vossa parte um esclarecimento sobre o que referei nesta carta, manifesto ao mesmo tempo o meu protesto e indignação pela forma como fui tratada, na qualidade de jovem mulher, grávida e de cidadã com os mesmos direitos das restantes cidadãs.

Atenciosamente